

Estado, Políticas Agrícolas e Representação de Classes na Era Vargas: O Mistério da Agricultura

State, agricultural policies and class representation in the Vargas' era: the Ministry of Agriculture

Carmen Margarida Oliveira Alveal¹

Resumo

O trabalho discute a importância do papel exercido pelo Ministério da Agricultura no pós-1930 para tornar a agricultura um instrumento do processo de industrialização brasileira iniciado na era Vargas. No marco do projeto brasileiro de modernização, o novo Ministério da Agricultura tornou-se o agente nacional da política agrícola, centralizando o processo decisório e estabelecendo uma nova gestão especializada da produção exportável contemplando os mais diversos setores produtivos agrícolas, ainda que ligados a grupos de interesse conflitivos.

Palavras chaves: Política agrícola/Estado/Era Vargas

Abstract

The paper discusses the role of the Agriculture Ministry in the post-1930 to turn agriculture into a tool for the Brazilian industrialization process in the beginning of the Vargas Period. The new Agriculture Ministry as the national agent of the agricultural policy, centralizing the decision process and establishing a new specialized management of the exportable production, contemplating the various productive agriculture sectors, even when connected to conflict groups of interest, was a milestone in the Brazilian project of modernization.

Key words Agricultural policy/State/ Vargas Period

Introdução

O objetivo deste artigo é mostrar a relevância do papel exercido pelo Ministério de Agricultura no período de 1930 a 1945,

¹ Mestre pela UFRJ e doutoranda da Johns Hopkins University com bolsa da CAPES.

quando a agricultura se projetou como um instrumento importante no processo de industrialização deliberado no período. Com esse propósito, são analisadas, por um lado, as continuidades e descontinuidades na ação do Ministério de Agricultura no reordenamento político-institucional da função desempenhada por esta agência no recém- "empossado" governo. Por outro lado, é evidenciado o caráter nacional da política agrícola assumida pelo novo Ministério da Agricultura, no marco do projeto de modernização econômica liderado pelo governo de Vargas.

A hipótese explorada é que a centralização do processo decisório definiu uma agenda de políticas agrícolas que conduziram, por um lado, ao estabelecimento de uma gestão especializada da produção exportável contemplando os mais diversos setores produtivos agrícolas, e, de outro, ao aprofundamento do incentivo à produção voltada para o mercado interno. Nesse sentido, o objeto de estudo deste artigo é a organização burocrático-administrativa do Ministério da Agricultura e suas sucessivas reformas, salientando o papel dos novos órgãos criados, em particular o Conselho Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, originado pelo decreto-lei nº 982 de 23 de dezembro de 1938.

Histórico do Ministério de Agricultura

Para introduzir a temática é profícuo discorrer sobre a atuação do Ministério da Agricultura na República Velha. O antigo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) foi criado em 1909 após forte articulação e pressão de determinados grupos e entidades civis frente ao poder executivo, em particular ou reunidos em torno. Como exemplo central pode-se citar a Sociedade Nacional de Agricultura. A essa época, apesar de escassas dotações orçamentárias, o MAIC conseguiu atender as demandas dos grupos políticos², funcio-

² A organização destes grupos políticos inauguraria a constituição de entidades civis definindo estratégias de ação que possibilitavam a interlocução com os decisores dos órgãos públicos com a finalidade de garantir os interesses das classes envolvidas nestas entidades civis. É o caso da Sociedade Nacional de Agricultura, criada em 1887, para representar a classe agrícola fluminense, nordestina e sulista brasileira, que teve grande importância na criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio; mais tarde, foi criada a Sociedade Rural Brasileira, versão paulista da Sociedade Nacional de Agricultura, exatamente como resposta ao crescimento político da primeira.

nando como coadjuvante do desenvolvimento diversificador de interesses no Brasil, através da representação dos interesses dos produtores agrícolas de alguns estados do Nordeste, do estado do Rio de Janeiro e o do Rio Grande do Sul. O apoio dado pelo MAIC a esses produtores se materializava nos serviços oferecidos pela agência, desde a distribuição a preço de custo de sementes selecionadas e de insumos agrícolas, até a assistência técnico-científica aos agricultores, inclusive a difusão de informação e orientação técnica através de folhetos e livros.

Os interesses desses produtores agrícolas se encontravam do lado oposto dos interesses do setor agro-exportador do estado de São Paulo, que tinha como seu expoente máximo a produção de café, sendo o seu principal instrumento de representação no interior do Estado o poderoso Ministério da Fazenda. Dessa maneira, era saliente a importância do MAIC como “balanceador” de forças antagônicas já na Primeira República e a orientação desta importante agência do Estado para dirimir os conflitos no seio da classe agrícola.³

A reestruturação do Ministério de Agricultura

A chegada ao poder de um novo projeto fruto do movimento de outubro de 1930, iria, a médio prazo, reestruturar em alguns pontos o papel dessa agência de Estado, assim como o do próprio Estado e sua ação. Essa redefinição se caracterizou pela marcha acelerada da montagem do moderno Estado Nacional entre 1930 e 1945, no marco do projeto de industrialização liderado pelo governo Vargas, que pioneiramente formulou e implementou as políticas públicas numa perspectiva nacional. Nesse sentido, foi necessário instaurar, segundo padrões modernos⁴ a unidade nacional, quebrar as “autonomias” estaduais onde reinavam os clãs oligárquicos regionais e imprimir crescente centralização administrativa e política à construção estatal bra-

³ MENDONÇA, Sônia Regina de. *Ruralismo: Agricultura, Poder e Estado na Primeira República*. São Paulo, Hucitec, 1997. 2 vols.

⁴ A utilização do conceito de **moderno** que está sendo considerada constitui-se numa publicização do próprio Estado e da agenda pública, comportando a criação de dispositivos que possibilitem a assunção real da soberania **nacional**, territorial e econômico-social e um projeto de desenvolvimento mais inclusivo.

sileira, concentrando-se o processo decisório e de comando da política econômica e social no Executivo Federal.

Nesse objetivo, foi saliente o reordenamento jurídico-institucional, no sentido de redefinir e atualizar os conteúdos do exercício da soberania nacional e da autoridade pública sobre os recursos naturais estratégicos, sobre a constituição do moderno aparelho econômico e do aparelho social, bem como sobre as instituições de controle direto e indireto da sociedade. Enfim, para operar tão vasto e universal domínio da ação político-administrativa, a criação de uma máquina burocrático-administrativa moderna (intervenção, regulação, controle) enfeixou essa reconstrução do Estado.

Assim, no ano de 1931 ocorreu a primeira reformulação do quadro estatal no tocante ao objeto deste estudo. O antigo MAIC foi dissolvido, sendo criados dois novos ministérios: o do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Agricultura. Este último tornou-se uma agência especializada, atendendo, propriamente, aos assuntos da agricultura. Com essa nova orientação funcional, o novo ministério da Agricultura incorporou novas e mais qualificadas funções. Dois anos após sua posse como ministro da Agricultura, Juarez Távora, um líder militar de fortes ligações com as oligarquias do Nordeste, promoveu a primeira reforma administrativa no Ministério da Agricultura (1934), quando se observou "um início de processo de progressiva tecnicização da própria administração ministerial"⁵. Criaram-se três departamentos especializados ligados diretamente ao ministro: o *Departamento Nacional de Produção Animal* (DNPA), o *Departamento Nacional de Produção Vegetal* (DNPV) e o *Departamento Nacional de Produção Mineral* (DNPM). Além destes departamentos, criaram-se outras diretorias estratégicas⁶ e a implementação de convênios com os governos estaduais, cujos serviços técnicos agrícolas de âmbito regional teriam que adotar as diretrizes nacionais, configurando uma centralização da intervenção federal. Nesse sentido, o ministro que o sucedeu no período de 1934-1937, Odilon Braga, pode se

⁵MENDONÇA, Sônia Regina de. "Estado e Classe Dominante Agrária no Brasil Pós-30 (1930-1945). Relatório Técnico Parcial, CNPq, Fevereiro 1997.

⁶ É o caso da *Diretoria de Organização e Defesa da Produção*, da *Diretoria de Estatística da Produção* e da *Diretoria de Expediente e Contabilidade*.

beneficiar de uma reforma que tendeu a centralizar o poder decisório acerca das políticas assim como os serviços criados de acordo com o seu produto⁷. O processo de tecnicização iniciado acentuou-se na reforma de 1939, já sob comando do ministro Fernando Costa, na qual e se verifica uma maior preocupação em fiscalizar e padronizar os produtos para a exportação e também para o mercado interno. Fernando Costa, que assumiu em novembro de 1937, tinha sido secretário de Agricultura do estado de São Paulo e representava os interesses da classe agrícola paulista, incentivando o melhoramento dos produtos exportáveis, claro anseio da elite agrária dominante do estado e materializado através da Sociedade Rural Brasileira e tendo, então, suas demandas atendidas.

É esta última reforma que deu origem ao Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica, (CNEPA), órgão criado com os seguintes objetivos: a) ministrar o ensino agrícola; b) orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas que visassem à individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola; c) aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico: clima e solo, criando, mediante seleção e cruzamento, o tipo das diferentes plantas cultivadas, particularmente adaptáveis às diferentes regiões; d) coordenar todos os fatores da produção agrícola, com o fim de adaptar a agricultura ao ambiente, modificando e melhorando as colheitas. Em suma, unificar e centralizar todas estas atividades, que estavam dispersas em diversos sub-órgãos do Ministério da Agricultura, foi o intuito da criação do Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica.

O Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica (CNEPA)

Como já se viu, o Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa Agronômica foi criado objetivando o aparelhamento necessário para o desenvolvimento e articulação dos trabalhos em pesquisa e experimentação agrícolas, bem como a formação de pessoal qualificado

⁷Como exemplo podemos citar o Serviço de Plantas Têxteis, o Serviço de Fruticultura, Serviço Técnico de Café, Serviço de Fomento à Produção Animal e vários outros.

para o funcionamento e, sobretudo, o desenvolvimento destas atividades, lembrando que todo o conjunto tinha como finalidade tanto o incremento e aperfeiçoamento da produção exportável, como também o aumento da produtividade e a diversificação produtiva dos setores voltados para mercado interno. Dado que a primeira finalidade atendia à elite agrária paulista e a segunda, à elite representada pela Sociedade Nacional de Agricultura, observa-se, assim, a gerência dos conflitos intraclasses dominantes que vêm sendo negociados e de certa forma atendidos.

Do ponto de vista funcional, a implementação deste conjunto de objetivos foi realizada, principalmente, através da criação de novas estações experimentais e campos de sementes, por meio dos quais pretendeu-se, primeiramente, enfatizar o estudo experimental do trigo⁸ e sua cultura, e da promoção de visitas de professores especialistas de outros países. Essas atividades comprovam que o Ministério de Agricultura buscou expandir culturas que fossem importantes para o desenvolvimento da economia nacional, colocando a agricultura como a base para o próprio desenvolvimento industrial, a partir da produção de matérias-primas de excelente qualidade, visando atender o incremento industrial que também se intensificava com o advento do novo projeto em execução no pós-30.

Desse modo, esperava-se que o resultado de todas estas novas pesquisas orientasse o fomento da produção agrícola nacional. Para realizar tão ambicioso programa, o CNEPA foi estruturado integrando diversos órgãos especializados: o Instituto de Experimentação Agrícola, o Instituto de Ecologia Agrícola, o Instituto de Química Agrícola, o Laboratório Central de Enologia, a Escola Nacional de Agronomia e, mais tarde, o Instituto Nacional de Óleos. A criação destes institutos especializados mostra claramente a articulação entre a agricultura e a indústria. As pesquisas realizadas pelo Laboratório Central de Enologia para desenvolver a produção vinícola do país e pelo Instituto Nacional de Óleos, com desenvolvimento de pesquisas sobre novas matérias-primas para a obtenção de óleo, comprovam tal articulação.

⁸ É evidente a preocupação em tornar o país auto-suficiente a partir do aumento da produção do trigo, matéria-prima básica para a fabricação do pão e de massa.

O Instituto de Experimentação Agrícola

O Instituto de Experimentação Agrícola era o responsável pelos centros de experimentações (estações experimentais e campos de semente) em diversas regiões do Brasil. Na sua estruturação foram aproveitadas antigas estações experimentais monocultoras, as quais foram transformadas em estações de caráter mais abrangente, diversificando as áreas de pesquisa e atuação. Um levantamento dos centros de experimentação no Brasil a partir do Relatório do Ministério de Agricultura de 1939 e 1942 mostra o comprometimento da agência estatal em análise com os propósitos do novo projeto de desenvolvimento agrícola que vinha sendo introduzido no Brasil pós-30.

O Instituto de Experimentação Agrícola tinha como objetivos "investigar, por meios de experimentos de campo e de laboratório, os fatores da produção agrícola a fim de indicar quais as práticas culturais e quais as plantas cultivadas capazes de produzir maiores rendimentos"⁹ para o país.

Quadro I - Perfil dos Centros de Experimentação do Instituto de Experimentação Agrícola em 1939

Centro	Nome	Localização	Produto	Período	Finalidade
C.S	Tracuateua	Tracuateua/PA	Fumo	1939	Pesquisas sobre 13 qualidades de fumo, além de leguminosas, têxteis e hortícolas
C.S	Cameta	Pará	Cacau	1935-1939	Estudos sobre cacau e pequena cultura de mandioca para sombreamento
C.S	Guaiúba	Ceará	Cereais e Leguminosas	1939	Estudo de variedades de milho e arroz além de outros produtos
C.S	Cariri	Barbalha/CE	Cana-de-Açúcar	1939	Aquisição de bombas para experimentos com irrigação e adubação
C.S	Seridó	Cruzeta/RN	Algodão	1939	Experimentos para verificar problemas com algodoeiros
E.E.	Alagoinha	Guarabira/PB	Algodão	1935-1939	Experimentos para verificar problemas com algodoeiros e também com milharais
E.E.	Itapirema	Goiânia/PE	Frutíferas	1939	Experimentos, adubação com plantas frutíferas e também leguminosas

⁹ Ministério da Agricultura, Relatório do Ministério da Agricultura, ano 1939, p. 23.

E.E.	Surubim	Surubim/PE	Algodão	1939	Experimentos de variedades, adubação e seleção para fins de multiplicação. Além de milho, feijão, soja
E.E.	Curado	Recife/PE	Cana-de-Açúcar	1939	Experimentos de variedades e produção para distribuição
C.S	Aracaju	Aracaju/SE	Coqueiro	1939	Método de semeadura, escolha de sementes, germinação, moléstias e pragas. Estudos de variedades p/ produção
C.S	São Gonçalo	S.G.dos Campos/BA	Fumo	1939	Abacaxi, leguminosas e mandioca e suas variedades. Melhoramento do fumo
C.S	Itaocara	Itaocara/RJ	Algodão/Oleaginosas	1939	Multiplicação e estudo das plantas oleaginosas. Também amendoim, gergelim, soja e babaçu
E.E.	Campos	Campos/RJ	Cana-de-Açúcar	1939	Difusão de variedades e distribuição
E.E.	Deodoro	RJ/RJ	Fruticultura	1937-1939	Produção e distribuição de mudas de abacateiros, mangueiras, coqueiros, principalmente laranjas. Experimentos de enxertia.
E.E.	Ipanema	Sorocaba/SP	Vários	1939	Multiplicação de sementes para distribuição e estudos de variedades e adubação
E.E.	Botucatu	Botucatu/SP	Café	1936-1939	Para fins experimentais de multiplicação. Essências florestais para sombreamento e sua observação
C.S	São Simão	São Simão/SP	Milho	1939	Estudo de variedades, produção e multiplicação de milho, feijão e soja
E.E.	Ponta Grossa	Ponta Grossa/PR	Culturas de inverno	1937-1939	Observações de milho, trigo, centeio, aveia e cevada
E.E.	Curitiba	Curitiba/PR	Trigo	1939	Experimentos de variedades, adubação e seleção
E.E.	Rio Caçador	Caçador/SC	Trigo	1939	Experimentos de variedades, adubação e seleção para fins de multiplicação de trigo, arroz e milho
E.E.	Passo Fundo	Passo Fundo/RS	Trigo	1939	Experimentos de variedades, adubação e seleção para fins de multiplicação centeio, milho e arroz
C.S	São Borja	São Borja/RS	Trigo	1939	Experimentos de variedades, adubação e seleção e ensaios comparativos do trigo e linho para distribuição
E.E.	Cel. Pacheco	Rio Novo/MG	Café	1939	Competição de variedades, tratamento de sementes, adubação, cabalagem e profundidade do plantio além de sombreamento

C.E	Lavras	Lavras/MG	Café	1939	Competição de variedades, tratamento de sementes, adubação química e orgânica, além de sombreamento
C.E	Machado	Machado/MG	Café	1939	
C.S	Patos	Patos/MG	Fósforo/Trigo	1939	Estão completando suas instalações, abastecimento de água adequado e força elétrica
C.S	Anápolis	Anápolis/GO	Trigo	1939	Trigo para multiplicação e variedades, observações sobre perfilhamento, altura média, número de grãos por espiga, moléstias

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, ano 1939.

No ano de 1939 existiam 27 centros de experimentações, sendo 11 campos de sementes e 16 estações experimentais. Os campos de sementes tinham várias funções principais, a saber: a) a criação e pesquisa de sementes com o intuito de fazer experimentos de variedades de um mesmo produto; b) a adubação e a seleção de vários gêneros agrícolas, objetivando ampliar o período de distribuição de sementes por mais de um ciclo anual; c) o aproveitamento máximo da produção; d) a regulação da exportação; e, e) a manutenção da estabilidade dos preços. As estações experimentais diferiam dos campos de sementes, apresentando um caráter mais diversificador de seus objetos de pesquisa, realizando todo tipo de pesquisa e experimentações referentes a um melhor aproveitamento da produção agrícola.

As informações do quadro seguinte mostram uma continuidade do projeto ambicionado na reestruturação do Ministério da Agricultura e na criação do CNEPA em 1938. A especialização das pesquisas realizadas, através da preocupação em observar variedades de um mesmo produto, para então, executar trabalhos de melhoramento, assim como experimentos de adubação, plantio e outros, comprovam a importância que se dava à modernização da agricultura brasileira. Observando os quadros, é possível apreciar a monta do projeto que já efetuava, desde esta época, estudos de enxertia, técnica de experimentação avançada para o período.

Tabela III - Perfil dos Centros de Experimentação do Instituto de Experimentação Agrícola em 1942

Centro	Nome	Localização	Produto	Período	Finalidades
C.E	Cariri	Barbalha/CE	Carnaúba/ Cana	1939- 1942	Observações fenológicas com a carnaúba e a cana de açúcar. Arroz, milho, feijão para distribuição
E.E	Seridó	Acari/RN	Algodão	1939- 1942	Continuação das pesquisas para melhoramento do algodão mocó para distribuição
E.E	Alagoinha	Guarabira/PB	Algodão	1939- 1942	Contribuição para melhoramento do algodão herbáceo, e também cultura de milho
E.E	Curado	Recife/PE	Cana-de- Açúcar	1939- 1942	Ensaio de adubação e melhoramento. Distribuição de sementes leguminosas
E.E	Frio	Recife/PE	Fruta/ Hortaliça	1939- 1942	Experimentos para ampliar o período de distribuição, aproveitar o máximo da produção, regular a exportação
E.E	Surubim	Surubim/PE	Algodão	1939- 1942	Ensaio de competição de variedades de velhas linhagens, de adubação química. Cultura de agave, milho e mandioca
E.E	Itapirema	Goiania/PE	Fruticultura	1939- 1942	Continuação dos trabalhos experimentais
E.E	União	?/AL	Algodão	?-1942	Continuação dos trabalhos de observação sobre o coqueiro, visando a multiplicação e distribuição
E.E	Aracaju	Aracaju/SE	Coqueiro	1939- 1942	Abacaxi e experimentos de enxerto com sapoti
E.E	Quissamã	Socorro/SE	Cana/ Algodão	1939- 1942	Distribuição de variedades de cana de açúcar. Trabalhos referentes ao melhoramento do algodão
C.E	São Gonçalo	S.G./BA	Fumo	1939- 1942	Experimentos de época do plantio, espaçamento e adubação também com o algodão
E.E	Campos	Campos/RJ	Cana-de- Açúcar	1939- 1942	Continuação dos estudos de variedades e adubação
E.E	Deodoro	RJ/RJ	Fruticultura	1939- 1942	Estudos de enxertia
E.E	São Simão	São Simão/RJ	Arroz/Milho	1939- 1942	Distribuição de sementes
E.E	Botucatu	Botucatu/SP	Café	1936- 1942	Ensaio de competição e experimentos de espaçamento, enxertia e sombreamento
E.E	Ipanema	Sorocaba/SP	Trigo/Milho	1939- 1942	Multiplicação e distribuição de sementes assim como ensaios e trabalhos de melhoramento

E.E	Ponta Grossa	Ponta Grossa/PR	Trigo,Centeio .Avei	1939-1942	Melhoramento e distribuição
E.E	Curitiba	Curitiba/PR	Trigo/Cevada	1939-1942	Melhoramento e distribuição
E.E	Rio Caçador	Caçador/SC	Trigo/Linho	1939-1942	Melhoramento e distribuição
E.E	Passo Fundo	Passo Fundo/RS	Trigo	1939-1942	Melhoramento e distribuição
E.E	Pelotas	Pelotas/RS	Vários	1939-1942	Enxertos e melhoramento para a produção de gêneros alimentícios para diminuir a importação
E.E	Anápolis	Anápolis/GO	Trigo/Linho	1939-1942	Competição de variedades
E.E	Sete Lagoas	Sete Lagoas/MG	Algodão/ Têxteis	1939-1942	Ensaio de competição de variedades, época de plantio, adubação e calagem
E.E	Cel.Pacheco	Rio Novo/MG	Arroz	1939-1942	Continuação de ensaios de adubação e competição de arroz. Melhoramento de cafezais decadentes e estudo de têxteis
E.E	Patos	Patos/MG	Arroz/Trigo	1939-1942	Continuação dos trabalhos de experimentação
C.E	Lavras	Lavras/MG	Mandioca	1939-1942	Continuação dos trabalhos de experimentação e sombreamento de cafezais
C.E	Machado	Machado/MG	Café	1939-1942	Ensaio de coberturas do solo em cafezais e sombreamento
C.E	Pomba	?/MG	Fumo/Arroz	1939-1942	Ensaio de competição de arroz e distribuição

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, ano 1942.

O caráter diversificador da produção pode ser evidenciado na Tabela I, que mostra a grande variedade dos produtos pesquisados nos campos de sementes e estações experimentais. É oportuno salientar que alguns destes estabelecimentos dedicavam grandes esforços a um único produto; contudo, isto não significava que as pesquisas fossem restritas a ele: realizavam-se pesquisas de outros gêneros, em menor dimensão, embora de igual importância.

Tabela I - Número de Centros de Pesquisa por Produto Agrícola de Interesse

Produto	Trigo	Algodão	Canha de Açúcar	Café	Arroz	Fumo	Fruticultura	Milho	Mandioca	Total
1939	6	4	3	4	-	2	2	1	-	22
1942	7	6	3	2	3	2	3	2	1	29

A tabela I mostra claramente a preocupação em aumentar a produtividade de gêneros alimentícios. No período considerado, é verificável o crescimento das pesquisas junto ao cultivo de trigo, milho, arroz, fruticultura e mandioca. Esse crescimento estava diretamente ligado à concepção do novo "modelo" econômico brasileiro, pelo qual se enfatizava a redução das importações desses produtos, indispensáveis na cesta básica de consumo das famílias urbanas inseridas no processo de industrialização, a exemplo do crescimento notável da pesquisa sobre a cultura do trigo, principalmente na região sul. Por outro lado, o desafio de aumentar a produtividade das culturas alimentares estava associado à questão da deflagração de uma possível guerra, estando aí embutida a noção de que os países com a capacidade de se auto-sustentarem seriam os países que resistiriam. Enfim, outro ponto importante que a tabela mostra é a diminuição dos investimentos em pesquisas sobre a cultura do café. Apesar de ser ainda o grande produto da pauta de exportação, o café passou a dividir sua importância com o algodão e as oleaginosas, além de uma diversidade de produtos como o coco ou a laranja.

A diversificação da produção se alicerçou numa dispersão geográfica dos centros de experimentação, confirmando o caráter nacional da nova política implementada pelo Ministério de Agricultura. A dispersão geográfica foi de ampla magnitude quando são consideradas as construções dos centros de experimentação.

Tabela II - Centros de Pesquisas e sua Distribuição Geográfica

Região	Centros de Sementes	Estações Experimentais	Total
Norte	2	-	2
Nordeste	5	4	9
Sudeste	4	6	10
Sul	1	4	5
Centro-oeste	1	-	1

Fonte: Relatório do Ministério da Agricultura, ano de 1939.

Enfim, além dos Centros de Experimentação e Campos de Sementes, o Instituto de Experimentação Agrícola englobava ainda dois Laboratórios de Fibras, um localizado na capital federal e outro em João Pessoa, Paraíba, para o estudo das características físicas e químicas e das propriedades industriais dos pêlos e fibras têxteis, produzi-

dos pelas plantas cultivadas em suas estações experimentais. O Laboratório de Fibras de João Pessoa incluía em suas atividades estudos de resistência e valor industrial do algodão arbóreo e herbáceo. Também o Instituto Agrônomo do Norte, localizado em Belém, Pará, era onde se realizavam estudos da borracha, possuindo plantações de seringueiras, além de estudos de plantas para a produção de fibras e principalmente oleaginosas. A criação destes dois laboratórios atendia à demanda dos grupos que defendiam a diversificação dos produtos da pauta de exportação, não priorizando apenas o café paulista.

O Instituto de Ecologia Agrícola e o Instituto de Química Agrícola

O Instituto de Ecologia Agrícola já existia, passando a fazer parte do CNEPA quando de sua criação. Seu propósito seria conhecer as possibilidades de aproveitamento de determinadas zonas, assim como determinar as variedades de espécies mais apropriadas a cada uma delas, precisando a melhor época de seu plantio.

Em 1942, com o fim de dinamizar a ação do I.E.A. foram estabelecidos, além do levantamento do mapa ecológico do Brasil, trabalhos que compreendessem “estudos ecológicos das principais plantas úteis nativas, visando principalmente obter ensinamentos para seu plantio e a possibilidade de serem cultivadas em outras regiões do país, fora das de sua ocorrência natural”.¹⁰ Foi o caso dos estudos ecológicos da borracha, pinho e mate. Eram realizados estudos acerca do solo, clima e das plantas para as condições ecológicas de plantações destes produtos, principalmente dos seringais.

Este fato denota a ampla dimensão moderna das novas funções de que se dotava o aparelhamento do novo Ministério de Agricultura, o qual já demonstrava preocupação com uma exploração racional da flora brasileira.

O Instituto de Química Agrícola também já existia, passando a integrar o CNEPA depois de sua criação. Realizava pesquisas para verificação das reservas minerais no solo brasileiro, análises quantita-

¹⁰RMA, 1942, p. 59.

tivas e qualitativas dos nossos minerais, assim como pesquisas com amostras dos produtos cultivados pelas agências de serviços agrícolas, como, por exemplo, o Laboratório de Mineralogia de solos e as diversas seções: Seção de Química, Mineralogia e Gênese de Solos, Seção de Biologia do Solo e Microscopia e a Seção de Alimentação Vegetal.¹¹

Laboratório Central de Enologia

A vitivinicultura foi avivada através de modernas técnicas agrônômicas e enológicas, representando avanços significativos nesse campo. Aqui se verifica que o Ministério da Agricultura entrou como grande difusor dessa especialidade e do melhoramento de culturas industriais, ao formular um projeto de experimentação bem orientado, com estações e subestações de enologia. Essa iniciativa se materializou inicialmente em duas estações experimentais. A primeira, a Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Caldas, situada em Minas Gerais, fazia observações de enxertos, trabalhos experimentais e de adaptação de variedade, além de ensinamentos, conselhos, exames para agricultores envolvidos nesta área. Já a Estação Experimental de Viticultura e Enologia de Perdizes realizava o mesmo tipo de trabalhos da primeira estação, assim como ações de melhoramentos de culturas de videiras. O Ministério de Agricultura pretendia, com estas medidas, promover um reajustamento do mercado interno que conduzisse ao rápido aumento da produção a partir da confiança da população em consumir o vinho nacional.

As iniciativas no campo da enologia foram ampliadas a partir de 1942 para um outro setor de produção: o de espécies oleaginosas. Esse novo campo de desenvolvimento da pesquisa foi possibilitado pelo intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos, através das visitas de uma Comissão Americana de técnicos em Óleos Vegetais e a criação do Instituto Nacional de Óleos.

¹¹Em 1942, o que nos informa o RMA é que se prosseguiu na modernização dos métodos de análises e progrediram todas as pesquisas orientadas por este Instituto.

A Escola Nacional de Agronomia

A Escola Nacional de Agronomia¹² se constituiu, juntamente com os institutos especializados, em eficiente “centro de preparação dos técnicos e especialistas exigidos para os trabalhos de pesquisa e experimentação”¹³. Como a Escola Nacional de Agronomia não dispunha de campos de cultura, experimentação e pesquisas agrônomicas, considerados indispensáveis para a formação profissional dos alunos, tem-se, em 1939, a construção da nova Escola Nacional de Agronomia, no km 48 da antiga rodovia Rio-São Paulo, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um mega-projeto intitulado nas fontes como “Cidade Agrônômica”, onde foram realizados trabalhos de abastecimento d’água, de drenagem, de irrigação e de estradas para a realização do projeto. Ao longo dos anos procurou aparelhar-se e equipar-se melhor para atender às necessidades do ensino e às novas demandas que surgiam, como a melhoria da aparelhagem dos laboratórios com a introdução de novos aparelhos científicos e de material indispensável ao ensino, instalações de gabinetes e secretaria. A biblioteca contou com a aquisição de livros, assinatura de revistas técnicas especializadas e intercâmbio de publicações. O corpo docente foi contratado através de concurso.

Pretendia-se, assim, introduzir um caráter prático na formação dos alunos. O ensino procurava dar amplo apoio individualizado, reunindo a formação, sólidos fundamentos teóricos e trabalhos de caráter prático. A Escola Nacional de Agronomia teve a grande função de formar os quadros que trabalhariam e supervisionariam os inúmeros Institutos de pesquisas que estavam sendo estruturados em todo o Brasil e, principalmente, os dirigentes que ocupariam o próprio Ministério da Agricultura.

O Relatório do Ministério da Agricultura de 1942 mostra que a Escola Nacional de Agronomia promoveu algumas publicações de cunho didático e informativo assim como, a nomeação de professores da escola representando o país em conferências internacionais.

¹² A Escola Nacional de Agronomia era anteriormente a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária e a atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

¹³ Relatório do Ministério da Agricultura, ano 1938, p. 141.

Finalmente, substanciando a orientação tecnicizante do Ministério de Agricultura, foram criados os Cursos de Aperfeiçoamentos e Especialização, visando principalmente: a) o aumento do nível de conhecimento ou aperfeiçoamento de técnicas; e b) a formação de técnicos com conhecimentos gerais e especializados. Apesar de estarem previstos por lei desde 1936, somente a partir de 1939 se concretizaram os Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização. A partir dessa data, esses foram desenvolvidos principalmente nos laboratórios da Escola Nacional de Agronomia e no Laboratório Central de Enologia.

Conclusão

A finalidade da análise contida neste artigo foi mostrar o papel desempenhado pelo Ministério da Agricultura no revigoramento da atividade agrícola como base fundamental para o projeto de modernização econômica industrializante do Brasil pós-30, atendendo às diversas demandas dos segmentos políticos da classe dominante agrícola representados no órgão público.

A análise centrou-se no vasto e qualificado conjunto de atividades do CNEPA. Os elementos aportados evidenciam nitidamente a complexidade do campo de atividades empreendidas, principalmente na área de pesquisa experimental e de formação de recursos humanos e quadros técnicos agrícolas. Ambas as atividades constituíram o núcleo básico do papel central exercido pela atividade agrícola no processo de modernização econômica brasileira no primeiro governo Vargas.